



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 06/2016

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 23 de março de 2016

----- Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para manifestar um voto de pesar pela perda de várias vidas humanas, resultantes dos ataques terroristas, ocorridos no metropolitano e aeroporto de Bruxelas, no dia 22 de março. De seguida informou da necessidade de inclusão do seguinte ponto “**BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2015/2016 – RETIFICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA**”, na ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para apresentar o seguinte protesto, que se passa a transcrever: “ *Os vereadores do PSD, José Carlos Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, consideram inaceitável e lamentável, o que se passa com os cuidados de saúde em Alcoutim. A falta constante de médico no Centro de Saúde de Alcoutim, a redução da prestação do serviço médico na Extensão de Saúde de Martim Longo, o encerramento das Extensões de Saúde de Vaqueiros, Giões e Pereiro, preocupam-nos. Já em reuniões anteriores demonstramos a nossa preocupação e insatisfação pelos acontecimentos, tendo questionado o senhor presidente da Câmara, sobre o assunto. Sabendo da visita do senhor Ministro da Saúde, ao Algarve, e nomeadamente à Associação dos Municípios do Algarve – AMAL, para debater com os presidentes de Câmara, os assuntos relacionados com a saúde na região, questionamos: O senhor presidente colocou ao corrente o senhor Ministro, com a situação do estado de saúde em Alcoutim? Demonstrou o desagrado e a preocupação dos Alcoutenejos? Solicitou soluções urgentes, ao senhor Ministro, com a situação do estado da saúde em Alcoutim? Sabemos que não, não o fez! Senhor presidente, estar em reunião com o senhor Ministro da saúde, a debater o estado da saúde no Algarve e não falar dos problemas que afetam Alcoutim, parece-nos grave e preocupa-nos. É inaceitável e lamentável. Os senhores prestaram um mau serviço a Alcoutim!*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que tinha conhecimento que o Ministro da Saúde, Adalberto Fernandes, estaria no Algarve, porém, não existia data predefinida, e como tinha agendamentos anteriormente assumidos, fez-se representar na reunião pelo vice-presidente Paulo Paulino, onde foi entregue um memorando, sobre o ponto de situação, passando de seguida a palavra, ao vereador Paulo Paulino para prestar mais esclarecimentos. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para reforçar a informação prestada, no que concerne à entrega do memorando, referindo de seguida que o conteúdo do mesmo contém uma retrospectiva da situação desde o ano de 2013, nomeadamente o encerramento das extensões de Saúde (Vaqueiros), a não

afetação de médico ao Centro de Saúde de Alcoutim, as ausências da Dr^a. Conceição Cunha e Dr. Óscar Oliveira, etc. Findou mencionando que o referido documento ficou na posse do sr. Ministro, tendo tido como feedback que o mesmo se debruçaria sobre o assunto, no sentido de “arranjar soluções”. Disponibilizou de seguida uma cópia do memorando, aos vereadores opositores. ----- O presidente usou da palavra para mencionar que o teor do memorando deverá ficar em Ata, para mostrar a preocupação sobre o assunto do executivo permanente. -----

“MEMORANDO: *Ao Senhor Ministro da Saúde, Doutor Adalberto Fernandes.*
Assunto: Falta de Médicos no Concelho de Alcoutim: -----

1 – Em outubro de 2013 foi encerrada a extensão de saúde da freguesia de Vaqueiros que servia cerca de 600 cidadãos, na sua maioria idosos com dificuldades ao nível da mobilidade, com poucos recursos financeiros, e com necessidades permanentes de cuidados primários de saúde; -----

2 – O facto anteriormente referido causou um enorme descontentamento na população, dado o retrocesso na acessibilidade e qualidade dos serviços prestados, o que a levou a manifestar-se junto da Administração Regional de Saúde do Algarve, reivindicando a reabertura da extensão de saúde de Vaqueiros; -----

3 – Em sequência da manifestação levada a cabo pela população, a Administração Regional de Saúde do Algarve criou um grupo de trabalho, do qual o município de Alcoutim fez parte integrante, para avaliar a situação em causa com vista à reabertura da extensão de Vaqueiros; -----

4 – O referido grupo reuniu-se por diversas vezes, mas apesar dos esforços realizados pelo município, no sentido de viabilizar uma solução que permitisse a reabertura da extensão de Vaqueiros, não existiu, até ao momento, uma resposta favorável, continuando a população de Vaqueiros a sentir-se, diariamente, confrontada com a dificuldade no acesso aos cuidados básicos de Saúde; -----

5 – Agravando a situação já existente, em outubro de 2015, a médica que desempenhava funções no Centro de Saúde de Alcoutim, por motivos de saúde, deixou de o fazer, tendo esta falta sido parcialmente colmatada, por um médico reformado, em regime de voluntariado. No entanto, e também por motivos de

saúde, o médico em regime de voluntariado teve que deixar de desempenhar funções; -----

6 – Após o afastamento, por motivos de saúde, da médica afeta ao Centro de Saúde de Alcoutim, foram diligenciados de forma proactiva, todos os esforços, junto da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS), no sentido de integrar uma solução para o problema em causa, tendo inclusive o município se disponibilizado para suportar os custos relacionados com a contratação temporária de um médico, enquanto a ARS não encontrasse uma solução adequada e definitiva, proposta esta que não teve a concordância da ARS;----

-7 – Como forma de tentar minimizar o problema, a ARS tem deslocado para Alcoutim o médico que desempenha funções em Martim Longo, o que implica uma redução dos serviços prestados na freguesia de Martim Longo já “sobrecarregados” pelo fecho da extensão de Vaqueiros, e, tem enviado para Alcoutim vários médicos ao longo dos últimos dias o que, obviamente, não se configura como uma solução, dado que não existe, deste modo, um acompanhamento contínuo dos casos, o que pode pôr em causa a qualidade dos serviços de saúde prestados e o sentimento de confiança e proximidade que deve existir entre os utentes e os seus médicos de família; -----

8 - Atualmente, no concelho de Alcoutim, onde a população é maioritariamente idosa e carenciada, com necessidades de cuidados de saúde primários e continuados, onde a rede de transportes públicos é quase inexistente, a extensão de Vaqueiros continua fechada, o centro de saúde de Alcoutim continua sem médico à segunda-feira e sem um médico de medicina familiar afeto; -----

9 – Pelo exposto urge encontrar-se uma solução que possibilite aos Alcoutenejos usufruírem do seu direito a cuidados de saúde de proximidade e de qualidade”. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para endereçar uma palavra de reconhecimento à Junta de Freguesia de Vaqueiros, pela organização da XVIII Edição da Feira do Pão Quente e Queijo Fresco, cuja iniciativa decorreu com enorme sucesso, bem como ao Clube de Caça das Soudes pela organização da prova de BTT. -----

----- O presidente da Câmara interveio para realçar igualmente a visita ao

Algarve da Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino em conjunto com o Secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, onde foram abordadas na Comunidade Intermunicipal da Associação de Municípios (AMAL) *“um conjunto de situações, que cada município entende como urgentes”*, em que Alcoutim apresentou a preocupação existente, no momento, a nível da exploração da Pesca, nomeadamente na dificuldade sentida para conseguir a emissão da licença, uma vez que *“ as exigências aos nossos pescadores são iguais ao pescador do litoral”*. Findou referindo que a situação *“é preocupante”* porque poderá conduzir para a inexistência de pescadores no rio Guadiana, a extinção de uma atividade ancestral e a perda definitiva de um produto de excelência, bem como informar que houve o compromisso por parte do Governo, na referida reunião, que iria existir *“uma atenção redobrada”*, no sentido de tentar resolver o assunto. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para corroborar com o mencionado pelo presidente e relembrar que no mandato anterior a atual Ministra inaugurou o Passeio Ribeirinho, enquanto Secretária de Estado, *“em que todos esses problemas foram aflorados”*, e como tal considera importante que tivesse existido novamente o reforço para a solução do problema, em sede da AMAL. Continuou a sua intervenção referindo que a apresentação do protesto no início da reunião sobre a saúde prendeu-se pelo facto de considerarem que o presidente deveria ter debatido, ao invés do assunto do rio Guadiana, a questão da saúde verbalmente, na reunião da AMAL, dado que o assunto ficaria registado e se *“todos falarmos em conjunto a nossa voz tem outro impacto em Lisboa”*. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para referir que no início da reunião da AMAL, o presidente desse órgão Dr. Jorge Botelho efetuou uma retrospectiva do ponto de situação da saúde no Algarve, *“onde se falou concretamente o assunto de Alcoutim”*. De seguida mencionou que ocorreu igualmente um contato pessoal com o ministro, e como tal é da opinião *“que tudo foi feito da melhor forma”*. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para relembrar que solicitou em 22 de janeiro de 2016 a previsão de custos com o protocolo da Cruz Vermelha – Extensão de Tavira *“e até hoje não obteve resultados”*. Findou



mencionando que considera inadmissível a frase que consta no Memorando, nomeadamente “*o centro de saúde de Alcoutim continua sem médico à segunda-feira*”, dado que se depreende apenas que não existe médico nesse dia da semana. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º56) respeitante ao dia 22 de março, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.388.273,18; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.054.911,80; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 325.949,23 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 05/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 09 de março de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros aprovar a referida Ata. -----

----- Os vereadores da oposição apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever “ *1.º Considerando que a ata da reunião de câmara de 09/03/2016 omite a referência, necessariamente resumida e não estão explanados factos importantes nas intervenções dos vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros; 2.º Considerando que as intervenções em causa são de extrema importância para o esclarecimento dos factos ocorridos; 3.º Considerando que tem sido recorrente as atas omitirem factos apresentados pelos vereadores do PSD e beneficiam sempre o explanado pelo executivo permanente, utilizando termos que não são apresentados nas reuniões, o que consideramos uma falha bastante grave, votamos contra*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que gostaria de saber qual “*o tipo de factos relevantes que tenham falado e que não constem em Ata*”, dado que tem havido sempre uma abertura, por parte do executivo



permanente, a nível de sugestões/alterações às Atas, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que *"essa abertura nem sempre acontece"*, sugerindo de seguida que deverá ocorrer uma retificação no início do texto da Ata, uma vez que se encontra omissa a palavra presidente. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que as Atas anteriores também contêm esse lapso, tendo o presidente solicitado a retificação do conteúdo das mesmas. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – 1.^a ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a 1.^a alteração ao protocolo, nas seguintes cláusulas: -----


Cláusula 1.^a (...) proporcionar o acesso a fisioterapia, enfermagem, terapia da fala, nutrição, apoio psicossocial e infância, à população do concelho. -----

Cláusula 2.^a O 1.º Outorgante, compromete-se pelo presente protocolo a transferir mensalmente ao 2.º outorgante um valor mensal de € 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro centavos), de janeiro a dezembro de 2016. A referida alteração totaliza o reforço de € 6.000,00 (seis mil euros). -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a Dalila Barros ausentaram-se da Sala, por fazerem parte da Direção e serem parte interessada, não participando na discussão e votação deste ponto, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **DOAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ATAS – ASSOCIAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ALCOUTIM - SANLÚCAR AO ARQUIVO MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual



se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da alínea j) do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro aceitar a doação efetuada pela Associação Transfronteiriça Alcoutim/Sanlúcar (ATAS), e a sua incorporação no Arquivo Municipal de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 9.000,00 (nove mil euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face às despesas com a realização da Prova Nacional de Esperanças. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com o encargo financeiro no montante de € 1.000,00 (mil euros) mensais, num total de € 12.000,00 (doze mil euros), ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim, com vista ao desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO ENTRE O
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A:**


Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea p) do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Alcútem e a Caixa Geral de Depósitos, S.A, cuja minuta se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os legais efeitos, bem como que seja determinado ao Serviço de Gestão de Recursos Humanos, a adoção dos atos administrativos inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta, nomeadamente a divulgação do acordo junto dos colaboradores da autarquia. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para explicar que o protocolo em discussão não engloba verbas, mas sim a disponibilização ao município de condições especiais na prestação de determinados serviços financeiros, bem como aos colaboradores permanentes, a nível de operações e serviços bancários e financeiros. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar quem é que fez a proposta, se a Câmara Municipal à Caixa Geral de Depósitos, S.A, ou ao contrário, tendo o presidente usado da palavra para informar que foi a Caixa Geral de Depósito, S.A quem propôs. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que como se trata de uma instituição agenciada no concelho, e uma vez que existem mais duas da mesma natureza, designadamente a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo e Novo Banco, é da opinião que a Edilidade deveria contratualizar igualmente com essas instituições, por forma a não existir disparidade no tratamento das mesmas. -----

----- O presidente da Câmara interveio para corroborar com a proposta apresentada pelo vereador José Pereira, informando de seguida que enviará um exemplar do protocolo aprovado para conhecimento da restante banca, para posteriormente, caso exista interesse das partes, contratualizar protocolo nos


"mesmos moldes ou semelhante". -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento da mesma às instituições de Crédito com agência, no concelho de Alcoutim. -----

----- **MARIA DO ROSÁRIO DIAS VILÃO LOURENÇO – DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar não exercer o direito legal de preferência nos termos do artigo 1380.º do C.C., sobre a venda, que Maria o Rosário Dias Vilão Lourenço, representante dos herdeiros de António Francisco Pereira, vão efetuar do seu prédio rústico, sito em Cerro das Eiras – Alcoutim, da UF de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 040 da secção R, pelo preço global de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), valor integralmente a pagar no ato da escritura de compra e venda a realizar-se até final de abril de 2016, em virtude dos prédios serem confinantes a norte, sul e poente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO ALGARVE/CURSOS DE VERÃO - ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração ao protocolo de colaboração estabelecido com a Universidade do Algarve, mantendo-se a cabimentação anterior de € 1.875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco euros). -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, EM REGIME DE RENDA APOIADA,**

PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM: Foi presente uma proposta do sr. vereador da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

De acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento para o Arrendamento de Habitações Municipais, cujo projeto se encontra em anexo, e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----


Nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, submeter o Projeto do Regulamento para o Arrendamento de Habitações Municipais a consulta pública, com a duração de 30 dias; -----

Caso seja omissos contributos resultantes da consulta pública, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a presente proposta seja remetida para aprovação à Assembleia Municipal.-

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que o Regulamento em discussão foi elaborado pelo Gabinete de Ação Social, e que posteriormente será presente em reunião da Assembleia Municipal, por forma a agilizar a resposta às solicitações apresentadas pelos munícipes, para arrendamento das habitações disponíveis da Edilidade. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que se encontra omissos no Regulamento, quais são as habitações? O número de habitações? Onde ficam localizadas? tendo o presidente usado da palavra para mencionar que são todas as habitações que a Câmara Municipal possui e/ou virá a possuir. A vereadora continuou a sua intervenção para solicitar documento escrito atualizado, sobre as questões apontadas anteriormente, bem como referir que é importante salvaguardar uma habitação “*para a vinda de um médico para Alcoutim*”, tendo o presidente usado da palavra novamente para mencionar que será entregue o documento solicitado, e que se encontra salvaguardada a habitação para o médico a afetar ao Centro de Saúde de Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que deve constar igualmente no Regulamento a fórmula do cálculo de renda, uma vez que a mesma também se encontra omissa no referido documento, “*porque se não*


estamos a limitar as pessoas a poderem concorrer ou não, dado que não tem conhecimento da renda a pagar”.-----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que a questão apontada tem a ver com a tipologia do Regulamento em que o cálculo da renda é feito através da fórmula prevista na Lei, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que o cálculo da renda é a “*base fundamental*” para as pessoas concorrerem, porém, deverá ser diferenciada conforme as condições que a habitação apresenta (T₁, T₂, etc.). O presidente da Câmara continuou a sua intervenção para mencionar que “*poderemos colocar*” o cálculo da renda no clausurado do Regulamento, tendo de seguida solicitado a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. José Pires, para prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe de Divisão usou da palavra para mencionar que a renda social é determinada pela aplicação de uma Taxa de Esforço (TE) do rendimento mensal do agregado familiar, e não pela tipologia da habitação a ocupar, e como tal a TE irá ser aplicada mediante o valor apurado de cada família, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que o que se encontra omissa é a fórmula do cálculo da renda e “*é isso é que o preocupa*”, e é nesse sentido que considera que a mesma, deverá, constar no conteúdo do Regulamento. -----

----- O presidente da Câmara interveio novamente para mencionar que como a responsável pela elaboração do Regulamento, não se encontra ao serviço, irá suspender a reunião, para esclarecer o assunto telefonicamente. ---

----- **BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2015/2016 – RETIFICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a retificação da lista definitiva de atribuição das bolsas de estudo ao ensino superior, para o ano letivo de 2015/2016.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- O presidente da Câmara suspendeu a reunião por um período de 10 (dez) minutos. -----

----- O presidente da Câmara retomou a reunião findo o prazo previsto. ---

----- **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, EM REGIME DE RENDA APOIADA, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM:**

O presidente da Câmara interveio para mencionar que após os devidos esclarecimentos irá incluir uma cláusula “*de como é que a renda é calculada*”, de acordo com a legislação em vigor, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para corroborar com o referido, no entanto, considera importante que a fórmula conste igualmente no documento, de acordo com o previsto pela Segurança Social. O presidente da Câmara findou a sua intervenção referindo que irá introduzir uma cláusula para integrar o artigo 21.º da Lei 81/2014, de 19 de dezembro, no Regulamento. - -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, com as alterações propostas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** O sr. António Iria, residente em Vaqueiros usou da palavra para questionar o presidente da Câmara relativamente à colocação de um poste de iluminação pública, a abertura de caminho rural, bem como o arquivamento de um processo técnico do ano de 2013, no que concerne a infiltrações de uma habitação. -----

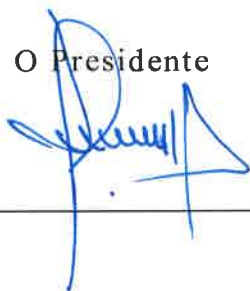
----- Os vereadores José Galrito e Paulo Paulino intervieram para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar,

pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

